

ENERG SYSTEMS LTDA
CNPJ: 48.080.966/0001-02
RUA TELMO OCTAVIO MULLER, N° 294, SALA 03
TELEFONE (46) 28080992
E-MAIL: energsystems.energ@gmail.com

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR(A) PREGOEIRO(A)
COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE DOIS VIZINHOS
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 132/2023
REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATÓRIO N° 132/2023
DATA DA REALIZAÇÃO: 09/11/2023
HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 09/11/2023 às 08:15H
LOCAL: Prefeitura do Município de Dois Vizinhos – Paraná

2. DO OBJETO

2.1 Constitui objeto deste PREGÃO a Contratação de empresa especializada para execução de serviço de manutenção elétrica dos próprios públicos.

ENERG SYSTEMS LTDA, EMPRESA JURIDICA DE DIREITO PRIVADO, INSCRITO NO CNPJ
SOBN°48.080.966/0001-02 COM SEDE NA RUA TELMO OCTAVIO MULLER, N° 294, SALA 03,
MARMELEIRO - PR. TELEFONE: (46) 28080992 CEP 85615-000; REPRESENTADO PELO SEU
ADMINISTRADOR, LUIS HENRIQUE DA SILVA, INSCRITO COM CPF: 105.592.289-02, E
RG:13.699.631-2 VEM RESPEITOSA E TEMPESTIVAMENTE A PRESENÇA DE VOSSA SENHORIA,
IMPUGNAR OS TERMOS DO EDITAL ACIMA MENCIONADO COM SUSTENTAÇÃO NOS Art.41. DA
LEI Nº 8.666/93 A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao
qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei...

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas... pelas razões de fato e de direito a seguir expostas;

4. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1 Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o(s) endereço(s) eletrônico(s): claudinei.schreiber@doisvizinhos.pr.gov.br e mateus.lima@doisvizinhos.pr.gov.br, até as 23 horas e 59 minutos, no horário oficial de Brasília-DF.

4.2 A impugnação deverá ser encaminhada por e-mail, dirigida ao(a) Pregoeiro(a) e conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a denominação social da empresa, número do CNPJ, telefone com DDD e endereço eletrônico.

14. DA HABILITAÇÃO

14.6.4. Qualificação Técnica:

a) Certificado de Registro de Pessoa Jurídica emitido pelo CREA, contendo no mínimo os seguintes dados: Razão Social; Endereço; Número e data do registro; Ramo de atividade; Nome do(s) responsável(is) técnico(s) registrado(s).

b) Certificado de Registro de Pessoa Física (com atribuição para o objeto licitado) emitido pelo CREA, contendo no mínimo os seguintes dados: Nome; Endereço; Número e data do registro e nome do Profissional indicado para esta licitação.

*Se a empresa ou profissional não for registrado no CREA do Estado do Paraná, deverá apresentar Certificado de Registro vistado pelo CREA do Paraná, na assinatura do contrato.

c) Comprovação de que o licitante possui vínculo profissional, na data de abertura desta licitação, com o engenheiro detentor da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART apresentado para comprovar a capacidade técnico-profissional. A Comprovação de que o(a) responsável técnico(a) indicado(a) na Declaração Unificada, pertence ao quadro da empresa poderá ser comprovada das seguintes formas: Carga horária diária do vínculo do responsável técnico deverá ser de no mínimo 2 (duas) horas.

Publicado em: 27/03/2018 | Edição: 59 | Seção: 1 | Página: 1

Órgão: Atos do Poder Legislativo Cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais, o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas.

LEI Nº 13.639, DE 26 DE MARÇO DE 2018 O P R E S I D E N T E D A R E P Ú B L I C A

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São criados o Conselho Federal dos Técnicos Industriais, o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas, autarquias com autonomia administrativa e financeira e com estrutura federativa.

Art. 2º Aplica-se o disposto na alínea "c" do inciso VI do caput do art. 150 da Constituição Federal ao Conselho Federal dos Técnicos Industriais, ao Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, aos Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e aos Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas.

Art. 3º Os conselhos federais e regionais de que trata esta Lei têm como função orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional das respectivas categorias.

§ 1º Os conselhos regionais serão denominados Conselho Regional dos Técnicos Industriais e Conselho Regional dos Técnicos Agrícolas, com acréscimo da sigla da unidade federativa ou da região geográfica correspondente.

§ 2º Os conselhos federais e os conselhos regionais terão sua estrutura e seu funcionamento definidos em regimento interno próprio, aprovado pela maioria absoluta de seus conselheiros.

§ 3º A instituição das estruturas regionais ocorrerá com observância das possibilidades efetivas de seu custeio com recursos próprios, considerados ainda seus efeitos nos exercícios subsequentes. Art. 4º **O Conselho Federal dos Técnicos Industriais e o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, com sede e foro em Brasília, serão integrados por brasileiros, natos ou naturalizados, cujos diplomas profissionais estejam registrados de acordo com a legislação em vigor.**

Segundo artigo da **Resolução CFT nº 74/2019**, presente no manual intitulado de Legislação Técnica – Guia de Consulta e Orientação para os Técnicos Industriais, algumas das atribuições profissionais e técnicas dos eletrotécnicos consistem em:

- Dirigir e ou conduzir a execução técnica de trabalhos profissionais, bem como orientar e coordenar equipes, na execução de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção de eletrotécnica e demais obras e serviços da área elétrica.
- Prestar assistência técnica e assessoria no estudo de viabilidade e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou nos trabalhos de vistoria, perícia, avaliação, arbitramento e consultoria em Eletrotécnica.
- Executar, fiscalizar, orientar e coordenar diretamente serviços de manutenção e reparo de equipamentos, instalações e arquivos técnicos específicos, bem como conduzir e treinar as respectivas equipes.
- Projetar, executar, dirigir, fiscalizar e ampliar instalações elétricas, de baixa, média e alta tensão, bem como atuar na aprovação de obra ou serviço junto aos órgãos municipais, estaduais e federais.
- Elaborar e executar projetos de instalações elétricas, manutenção oriundas de rede de distribuição e transmissão de concessionárias de energia elétrica ou de subestações particulares.
- Elaborar projetos e executar as instalações elétricas e manutenção de redes oriundas de outras fontes de energia não renováveis, tais como grupos geradores alimentados por combustíveis fósseis.
- Emitir de laudos técnicos inclusive em perícias judiciais.

ALGUMAS PREFEITURAS COM INCLUSÃO DE MAIS DE UM ORGÃO TECNICO, COMO RESPONSÁVEL TECNICO PELOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:(CREA, CFT, CAU).

PREFEITURA FRANCISCO BELTRÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N° 81/2020

DATA DA REALIZAÇÃO: 17/02/2020

HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 17/02/2020 às 14:00

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 142/2023

PROCESSO LICITATÓRIO N° 726/2023

DATA DA REALIZAÇÃO: 31/10/2023

HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 31/10/2023 às 09:00H

*ALÉM DOS CITADOS ACIMA: PREGÃO PRESENCIAL:190/2019; 186/2019

PREFEITURA DE REALEZA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 187/2022

PROCESSO LICITATÓRIO N° 284/2022

DATA DA REALIZAÇÃO: 24/10/2022

HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 24/10/2022 às 08:00H

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 141/2023

PROCESSO LICITATÓRIO N° 237/2023

DATA DA REALIZAÇÃO: 11/09/2023

HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 11/09/2023 às 13:15H

PREFEITURA DE RENASCENÇA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 082/2023

PROCESSO LICITATÓRIO N° 130/2023

DATA DA REALIZAÇÃO: 29/09/2023

HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 29/09/2023 às 08:00H

PREFEITURA SÃO JORGE D OESTE

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 181/2022

PROCESSO LICITATÓRIO N° 600/2022

DATA DA REALIZAÇÃO: 25/11/2022

HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 25/11/2022 às 08:30H

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 115/2023

PROCESSO LICITATÓRIO N° 377/2023

DATA DA REALIZAÇÃO: 24/10/2023

HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 24/10/2023 às 08:00H

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 08/2023

PROCESSO LICITATÓRIO N° 28/2023

DATA DA REALIZAÇÃO: 15/02/2023

HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 15/02/2023 às 08:00H

PREFEITURA DE MARMELEIRO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 039/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 052/2021

DATA DA REALIZAÇÃO: 28/04/2021 às 09:00H

*ALÉM DOS CITADOS ACIMA: PREGÃO PRESENCIAL: 012/2020; P. ELETRONICO: 065/2020

PREFEITURA PEROLA D OESTE

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 20/2022

PROCESSO LICITATÓRIO N° 50/2022

DATA DA REALIZAÇÃO: 05/07/2022

HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 05/07/2022 às 08:45H

PREFEITURA DE CHOPINZINHO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 78/2023

PROCESSO LICITATÓRIO N° 149/2023

DATA DA REALIZAÇÃO: 27/10/2023

HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 27/10/2023 às 09:00H

Nestes termos cabe citar;

Critérios de julgamento da proposta na licitação de concorrência De acordo com a Nova Lei, na modalidade de concorrência, a proposta dos licitantes pode ser julgada (fase 4) de acordo com alguns critérios pertinentes à especificidade da contratação. Ou seja, as propostas serão analisadas à luz de critérios pré-definidos, que podem ser:

- (1) Menor preço
- (2) Melhor técnica ou conteúdo artístico
- (3) Maior retorno econômico
- (4) Técnica e preço
- (5) Maior desconto.

Nos termos do rico entendimento de Celso Antônio Bandeira de Mello (2004, p. 483):

Licitação – em suma síntese – é um certame que as entidades governamentais devem promover e no qual abrem disputa entre os interessados em com elas travar determinadas relações de conteúdo patrimonial, para escolher a proposta mais vantajosa às conveniências públicas. Estriba-se na ideia de competição, a ser travada economicamente entre os que preencham os atributos e aptidões necessários ao bom cumprimento das obrigações que se propõem assumir.

O Atestado de Capacidade Técnica é um documento que serve para comprovar que a empresa vencedora de uma licitação tem competência para cumprir o objeto do edital.

Esse atesto faz parte dos documentos que qualificam a empresa tecnicamente e servem para comprovar para o órgão público que a empresa contratada realmente tem experiência e perícia.

Dessa forma, o Atestado de Capacidade Técnica é uma declaração simples, feita por outra empresa ou órgão público que já tenha contratado a empresa fornecedora antes.

Ou seja, é como se fosse uma carta de recomendação de um dos clientes que já saíram satisfeitos com os produtos ou serviços prestados. Essa declaração vai comprovar que a sua empresa já realizou um serviço similar ou entregou produtos como os exigidos no edital antes.

Por isso, esse documento deve conter todas as informações sobre a empresa ou órgão que está o emitindo, bem como todos os dados da sua empresa.

Ele deve ser feito em papel timbrado e assinado pelo responsável da empresa ou do órgão público que está declarando a competência.

Além disso, deve conter os detalhes de como foi a prestação de serviço ou entrega de produto anterior, ou seja, quanto tempo durou, quais foram as quantidades, se o serviço foi bem executado, a época em que ocorreu e o prazo de entrega etc.

Como vimos, esse atestado é quase como uma espécie de “carta de recomendação” e serve para comprovar que a empresa tem a perícia necessária para entregar o objeto licitado.

Por esse motivo, no fim das contas, o Atestado de Capacidade Técnica serve para que o poder público tenha segurança na hora de fazer negócios com empresas privadas.

Especialmente em serviços de alta complexidade ou que envolvam alguma especialidade técnica muito específica, o Atestado de Capacidade Técnica serve para resguardar o poder público a fazer negócios com uma empresa confiável.

Este documento nada mais é que a comprovação de que a empresa interessada em prestar este serviço atende legítima e criteriosamente o desempenho de suas funções, para o objeto pretendido, podendo assim ser utilizado para amplificar a concorrência e inclusão de mais empresas na disputa.

O Atestado de Capacidade Técnica não possui prazo de validade. Uma vez que ele é emitido, ele é considerado perene, perpétuo.


Isso porque a experiência adquirida pelo licitante com o serviço não desaparece com o tempo.

Ou seja, a partir do momento que um atestado desses é emitido, consolida-se a prova da aptidão técnica da empresa ganhadora da licitação. Viemos através deste, levantar a hipótese, de que este documento possa ser utilizado, também para apresentar a capacidade técnica do RESPONSÁVEL TÉCNICO não somente o Acervo de responsabilidade técnica visando que inúmeros profissionais com formação recente não dispõem deste documento; sendo que isso não o exime de suas atribuições e capacidades dos profissionais.

DIANTE DO O EXPOSTO, REQUER A REVISÃO DOS ITENS SUPRA REFERIDOS.

NESTES TERMOS, PEDE DEFERIMENTO.

MARMELEIRO, 03 DE NOVEMBRO 2023.

Documento assinado digitalmente
 **LUIS HENRIQUE DA SILVA MOURA**
Data: 03/11/2023 17:13:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

REPRESENTANTE LEGAL

RAZÃO SOCIAL: ENERG SYSTEMS LTDA

CNPJ: 48.080.966/0001-02

RUA TELMO OCTAVIO MULLER, N° 294, SALA 03

TELEFONE (46) 28080992

E-MAIL: energsystems.energ@gmail.com

Administrador RESPONSÁVEL: LUIS HENRIQUE DA SILVA MOURA

RG: 13.699.631-2

CPF: 105.592.289-02